

Escola da Ditadura em Vilhena: História e Memória de Castelo Branco¹

Maria Victória SILVA²

Allysson MARTINS³

Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, RO

RESUMO

As cidades conservam lógicas espaciais que refletem as suas marcas históricas e memoriais, na mesma medida em que ocultam outras. Este trabalho representa a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla, que visa a investigar os resquícios da ditadura militar em Vilhena e as contradições na construção do seu espaço público a partir da cartografia da cidade e das memórias dos funcionários da Escola Castelo Branco. Aqui, discutimos os conceitos de história e memória, de memórias individuais e coletivas, de lembranças, esquecimentos e silenciamentos, de lugares de memória, associando-os à ditadura militar, à história de Vilhena e ao resquício desse período na cidade através da escola que homenageia o primeiro presidente do regime autoritário militar, evidenciando suas homenagens no país e as próximas etapas da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Ditadura Militar; Vilhena; Escola.

Governo militar: do golpe à ditadura

O golpe de 1964 se estruturou em torno do medo das forças de militares, dos políticos brasileiros e estadunidenses, dos empresários, da igreja católica, da grande mídia, dos proprietários rurais e dos demais setores conservadores da sociedade de que o país se tornasse comunista (FERREIRA, 2003). Ele deu início ao período ditatorial militar no Brasil que durou 21 anos, até 1985. Em um cenário de Guerra Fria, com o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética, existia certa urgência por parte dos políticos e militares brasileiros e estadunidenses em assegurar que o país “não se tornaria uma nova Cuba”.

Antes, em 1961, o golpe já vinha tomando impulso e quase foi efetivado quando Jânio Quadros assumiu a presidência com a promessa de varrer toda a corrupção do país

1 Trabalho apresentado no IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2018.

2 Estudante do 7º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: marivictoria_fs@hotmail.com

3 Orientador do trabalho. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia, campus Vilhena. E-mail: allyssonviana@unir.br

e, meses depois, renunciou na esperança de que a população clamasse pela sua permanência, o que não aconteceu. Com a renúncia de Jânio, o cargo passaria para o vice-presidente João Goulart, entendido pelos militares como político de esquerda e que naquele momento estava em missão diplomática na China. O sentimento anticomunista fez com que os militares ignorassem a constituição e tentassem impedir a posse de Jango, que só conseguiu retornar ao país por Porto Alegre, após pontes aéreas na Argentina e no Uruguai, com a ajuda do governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado, Leonel Brizola. A posse, contudo, só foi garantida com poderes limitados pela implementação do sistema parlamentarista, com o Congresso Nacional dificultando e derrubando cada uma de suas propostas para resolver a crise econômica que só piorava desde a renúncia de Jânio Quadros. A volta ao presidencialismo ocorreu apenas em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, ainda assim, o presidente adotava medidas conservadoras não efetivas, a fim de não desagradar seus opositores, algo que se tornou insustentável ao final do ano, com os seus apoiadores da esquerda o pressionando pelas reformas progressistas.

A política de Jango começa a tornar-se mais pungente, com uma virada mais aos interesses da esquerda, não cedendo mais às pressões conservadoras. Em 13 de março de 1964, mais de cem mil pessoas compareceram ao “Comício da Central” com faixas e bandeiras vermelhas daqueles que apoiavam as reformas propostas por Jango, aumentando o sentimento anticomunista nos militares e nos setores mais conservadores da sociedade, como a ala feminina católica que organizou, seis dias depois, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com apoio de políticos brasileiros e levando cerca de 500 mil pessoas às ruas de São Paulo. Segundo Fico (2005), enquanto as opiniões se dividiam, o país era marcado pela situação financeira complicada, com a dívida externa grande e a inflação anual chegando a atingir 80%. Os militares se sentiam mais aptos a apontar as soluções para o país do que os civis e o momento se tornava propício para isso.

Em março de 1964, os principais chefes militares já haviam decidido retirar João Goulart do poder. Eles conspiravam contra o governo e, portanto, quebravam a hierarquia que tanto valorizavam, pois, hierarquicamente, o presidente da República é o chefe de todos os militares (FICO, 2005, p.15).

Assim, na madrugada de 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, Mourão Filho, com o apoio do governador de Minas Gerais,

Magalhães Pinto, deslocou seus soldados em direção à Guanabara e deu início ao golpe, que se oficializou no dia seguinte. Após um período de transição, com a composição de uma Junta Militar, em 15 de abril de 1964, Humberto Castelo Branco foi declarado presidente da república pelo Congresso Nacional. A intervenção se apresentava como movimento de caráter corretivo e temporário, embora tenha durado 21 anos, o que levou o Brasil a grandes transformações culturais, políticas e sociais, mas também econômicas, pois, em meio à repressão, com tortura, desaparecimento e mortes, os militares alcançaram o que ficou conhecido como “milagre econômico”, com o número de indústrias no país aumentando na mesma medida em que também cresceram a dívida externa e o abismo na desigualdade da distribuição de renda.

Os militares promulgam os Atos Institucionais (AI), endurecendo cada vez mais o regime autoritário e reprimindo todos que dela discordavam. Os 17 Atos Institucionais foram promulgados nos cinco primeiros anos, com o AI-1 ainda produzido pela Junta Militar e assinado pelo depois presidente Artur da Costa e Silva. Entre todas as decisões, os militares: promovem as eleições indiretas para a presidência da república; fecham o Congresso Nacional; estabelecem o sistema bipartidário – pelo partido situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pela oposição consentida com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); permitem intervenções federais em estados e municípios; cassam mandatos políticos; suspendem direitos políticos e civis; censuram os meios de comunicação, além das atividades e dos produtos culturais; promovem a tortura como instrumento estatal; entre outras ações autoritárias. O AI-5, emitido em 13 de dezembro de 1968 foi o mais rígido de todos os 17 representou o amadurecimento natural do processo instaurado a partir do golpe de 1964. As medidas foram tão severas que ficou evidente até para os apoiadores do golpe de 1964 que se vivia no Brasil, sem dúvida, uma ditadura (FICO, 2005).

Sob a justificativa de que não haveria tempo para concluir a reforma econômica, política e social planejada pelo governo militar, o Congresso Nacional aprovou a prorrogação do mandato do presidente até 15 de março de 1967. Castelo Branco, entretanto, morreu em um acidente aéreo em 18 de julho de 1967, cujos inquéritos militares deixaram lacunas, quando assumiu o cargo de presidente Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, período em que começa a vigorar a Constituição de 1967. Já existiam protestos no país desde o começo do governo militar, com o golpe

de 1964, porém, as manifestações aumentavam cada vez mais, com estudantes e militantes de esquerda às ruas e operários de fábricas em greve (FICO, 2005).

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva adoeceu, passando o controle do país aos ministros militares, através do AI-12, no dia 1 de setembro de 1969. Em 30 de outubro Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência e interligou todos os sistemas de vigilância e informação do regime, fortalecendo a repressão. O governo implementou, então, um sistema de espionagem que dividiu o país em seis zonas, de acordo com as regiões brasileiras, as Zonas de Defesa Interna (ZDIs), junto ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que coordenava as ações do Destacamento de Operação de Informação (DOI), formado por representantes da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do governo estadual. “Equipes especializadas em efetuar prisões e outras em fazer interrogatórios. Sempre agiam com muita violência e brutalidade e, para obter informações rapidamente, torturavam os prisioneiros” (FICO, 2015, p. 28).

Estratégias para que a ditadura se consolidasse no poder foram elaboradas, como músicas, jingles, *slogans* e demais propagandas institucionais, sobretudo com o aumento das vendas dos televisores em cores nos anos de 1970. Os militares, interessados nesse consumo, aumentaram o crediário da população para esta finalidade e criaram uma Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) para a produção de comerciais para a TV. O sucessor de Médici na presidência, Ernesto Geisel, assumiu em 1974 e em seu governo os incentivos aos projetos e programas oficiais continuaram, mas, com a economia cada vez pior, a crise política não demorou a chegar. O descontentamento era geral, chegando, inclusive, aos militares mais baixos na hierarquia, que já não conseguiam escapar da alta inflação. Para superar a crise, Geisel tentou abrandar alguns aspectos da ditadura, buscando iniciar o processo de transição para a democracia sem que a conta dos militares fosse paga. Todavia, em outubro de 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog causa revolta com manifestações populares e repercussão em jornais. Vladimir foi evidentemente assassinado, embora à época a versão oficial defendesse suicídio com o próprio cinto em sua cela.

O governo de abertura se seguiu com João Batista Figueiredo, eleito presidente no dia 15 de outubro de 1979. Em 1978, contudo, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundado e a Campanha da Anistia cresceu no país com o *slogan*: “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, iniciada pelas famílias de presos políticos, exilados e

desaparecidos. Com o apoio de entidades internacionais, o governo se viu pressionado a acatar o projeto, mas não sem antes promover alterações, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de anistia total, abarcando também os torturadores e assassinos militares. Aprovada em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia, nº 6.683 se apresentou como um dos movimentos para o retorno da democracia brasileira (FICO, 2005).

Os militares começaram, então, a encontrar dificuldade em manter-se no poder tendo que conviver com a oposição, formada por governadores eleitos de maneira direta, e passaram a ter que lidar também com o movimento das Diretas Já, entre 1983 e 1984, que reivindicava eleições presidenciais diretas no Brasil. A proposta de emenda constitucional Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso Nacional, portanto, o Brasil teve mais um mandato presidencial de maneira indireta, com José Sarney no lugar do eleito indiretamente Tancredo Neves, que faleceu antes da posse.

Em Vilhena, município do interior de Rondônia fundado em 1977, a ditadura militar proporcionou a expansão necessária para que a pequena vila chegasse a se tornar cidade. No governo militar, as propagandas sob o *slogan* “Integrar para não entregar” atraíram migrantes de todo o país ao possibilitar a distribuição de terras da União para a ocupação da região Amazônica (BECKER, 1991). Criada como apoio para a construção da BR-364, Vilhena cresceu junto ao número de moradores na região, após o surgimento dos Projetos de Integração e Colonização (PIC) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Vilhena passou a ser distrito de Porto Velho, capital de Rondônia, em 1 de abril de 1969, com cerca de 160 casas e as avenidas Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro; mas sua emancipação aconteceu apenas em 23 de novembro de 1977, quando sancionada a Lei nº 6.448 pelo então presidente Ernesto Geisel. Nascida no período da ditadura militar, a história e as memórias dessa época são visíveis na constituição do espaço público da cidade. O município possui atualmente uma escola cujo nome faz referência aos ditadores militares, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, além das ruas Presidente Médici, Costa e Silva e Castelo Branco. Enquanto estas se localizam na região central da cidade, a escola foi construída em uma das saídas de Vilhena.

Este trabalho representa a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla, que visa a investigar os resquícios da ditadura militar em Vilhena e as contradições na construção do seu espaço público a partir da cartografia da cidade e das memórias dos funcionários

da Escola Castelo Branco. Aqui, discutimos os conceitos de história e memória, de memórias individuais e coletivas, de lembranças, esquecimentos e silenciamentos, de lugares de memória, associando-os à ditadura militar, à história de Vilhena e ao resquício que esse período deixou na cidade através da escola que homenageia o primeiro presidente do regime autoritário militar.

História e memórias

A identidade individual e coletiva tem como elementos essenciais a história e a memória de sociedades e indivíduos. Segundo Le Goff (2013), o termo história pode referir-se a dois aspectos: a ciência histórica e os acontecimentos passados.

1) "procura das ações realizadas pelos homens" (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. [...] a história é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos. Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de *narração* (LE GOFF, 2013, p. 13).

A história pode ser compreendida como uma compilação de fatos que tiveram maior repercussão na memória dos homens, isto é, aqueles foram mais lidos, ensinados e tiveram grande penetração nas diversas instâncias sociais. A história busca conhecer as ações realizadas pela humanidade e lança seus esforços para se estabelecer como ciência histórica. Como registro da história nacional, elabora, através de uma periodização, o resumo dos acontecimentos mais importantes da vida de uma nação e se difere das histórias locais, uma vez que apresenta apenas os fatos que interessam a todos os membros do país ou grupo (HALBWACHS, 1990). Porém, diz-se que a história é contada pelos vencedores, ou seja, as figuras que definem o que será considerado fator importante na história nacional e sob qual olhar os fatos serão narrados.

A história apresenta linhas de separação traçadas de forma a organizar a sequência de acontecimentos, exemplos disso são as divisões dos séculos em períodos, ou a forma como o conteúdo sobre a história política de um país é ensinado nas escolas (HALBWACHS, 1990). Sobre a ditadura militar no Brasil, em geral, têm-se acesso, na escola, a um resumo dos principais fatores que levaram ao golpe e que se desenrolaram nas décadas vindouras, como os presidentes e as suas ações com mais repercussões.

Para registrar as ações humanas, a história se vale de documentos, além de depoimentos, para comprovar como se deu o acontecimento estudado. Como todo texto,

os documentos carregam em si subjetividades próprias daquele que o produz, isto é, nenhum documento é isento de ideologias e concepções de mundo.

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. (...) Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2013, p. 91).

Além disso, não apenas os documentos produzidos, registrados e conservados, mas também o período vivido também é compreendido por tudo aquilo que falta, pela ausência. Os silêncios na história também dizem muito, pois são lacunas que devem ser estudadas a fim de compreender por que aquele espaço está em branco, quais as questões que foram esquecidas e silenciadas naquela história e por quais motivos. Assim, a história se faz tanto pela presença quanto pela ausência de documentos e arquivos. O ocultamento e a destruição de arquivos no período da ditadura militar brasileira, por exemplo, foram amparados pelo Decreto 79.099, de 6 de janeiro de 1977, que estabelecia que documentos considerados sigilosos deveriam ser destruídos pela autoridade que os criasse ou pela autoridade que detivesse sua custódia. Muitos documentos que não foram destruídos estão ainda escondidos dos olhos da sociedade.

As memórias surgem como elementos componentes da história, embora não existam somente em função dela, e na vida humana se manifestam como possibilidade de acesso a impressões de coisas que já aconteceram. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 366). Feita de lembranças e de esquecimentos, trata-se de um fenômeno sempre atual, por natureza múltipla, plural e coletiva. Enquanto a história é a reconstrução incompleta do que não existe mais, uma representação do passado que se liga às continuidades temporais, excluindo as ambiguidades, a memória, apesar de ter o aspecto coletivo, é individualizada, embora seja um individual que se insere em um contexto social e coletivo (NORA, 1993).

A memória também aparece como uma das formas de consolidação da identidade coletiva e comunitária e as cidades se tornam arquivos urbanos cheios de histórias com as quais convivemos e de onde tiramos memórias individuais e coletivas. Em Vilhena, três ruas e uma escola prestam homenagens a presidentes da ditadura militar, transparecendo, logo, o contexto de criação do município e evidenciando as

práticas culturais, históricas, políticas e sociais de uma cidade cujas principais avenidas fazem referência a outros militares que tiveram atuação na construção do estado, como as avenidas: Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro.

Memória individual e coletiva

Essa importância na consolidação da identidade individual e coletiva da memória se estabelece porque, como destaca Halbwachs (1990), mesmo um indivíduo sozinho é apanhado por forças sociais que atuam sobre ele e fazem com que nunca esteja, de fato, só. As suas lembranças são apoiadas nas de outros e nos grupos sociais nos quais está inserido, como família, escola, igreja, entre outros. Desta maneira, as memórias também se organizam de duas formas ao se considerar suas individualidades e coletividades, podendo “ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais (HALBWACHS, 1990, p. 53)”.

Para Santo Agostinho, a memória tinha um caráter essencialmente privado, pois representa o passado de impressões que cabem apenas ao indivíduo que vivenciou o momento e denota a capacidade de remontar-se no tempo. Deste modo, a memória individual representa a experiência passada dos indivíduos em determinado espaço e tempo. As memórias individuais são pontos de vista sobre as memórias coletivas, que podem mudar de acordo com o engajamento e lugar que o membro ocupa no grupo. A memória coletiva envolve as memórias individuais, porém não se confunde com elas (HALBWACHS, 1990). É possível perceber, mesmo nas memórias que parecem mais individuais, traços sociais, como a data de nascimento, que embora o próprio indivíduo nem mesmo se lembre do dia, é comemorado ano após ano e incrementado com lembranças de outros que se recordam pelo aniversariante.

Já Husserl considera a memória coletiva como um conjunto de rastros causados por fatos que afetaram a história de um grupo em relação à consciência e à memória individuais. A memória pode ser atribuída a grupos, composta a partir de seus membros, cujas lembranças se apoiam umas nas outras, mas, ainda que coletivas, são formadas também pelas memórias individuais de cada integrante, ou de uma parte deles. Dessa forma, memórias individuais e coletivas estão intimamente relacionadas (HALBWACHS, 1990).

Pensar em uma época em que qualquer indivíduo não seja membro de nenhum grupo é uma tarefa difícil, para não dizer impossível. Tratar-se-ia de pensar em um momento em que as sensações não estivessem relacionadas com nenhum pensamento ou imagem que o identificasse como participante de um grupo qualquer, ou mesmo que o seu nascimento não se cercasse de diversas instituições sociais. Isto acontece porque, como destaca Halbwachs (1990), uma “corrente de pensamento” social é tão invisível quanto o ar que respiramos, e cuja presença só pode ser enfatizada na sua ausência.

É possível criar um engajamento e manter vivas as lembranças relacionadas àquele grupo principalmente quando permanece a identificação. Para que a memória possa usar a de outros como auxílio, é necessário que as memórias que ali circulam não tenham deixado de ter vários pontos de contato entre as memórias individuais dos integrantes, porque desta forma as lembranças podem ser reconstruídas sobre um fundamento comum. A harmonia, nesse sentido, é essencial para que as oposições individuais se silenciem em prol do grupo, criando uma memória mais unificada, com maiores identificações entre as diversas perspectivas. E mesmo essa memória pode mudar com o tempo, pois, desde que se conserve uma parte limitada de lembrança, ela pode em algum momento fazer parte da consciência de um grupo. Além disso, “entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (HALBWACHS, 1990, p. 79).

A coesão dos grupos é mantida pela referência ao passado, que é continuamente deformado e interpretado pelo presente, muitas vezes com lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas que são guardadas e passadas adiante informalmente, despercebidas da sociedade em geral (POLLAK, 1989). Nesses casos, ao contrário de levar ao esquecimento, o tempo contribui para reforçar o ressentimento dos subjugados, que esperam o momento de se expressar e quebrar o silêncio.

Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos

A memória, em âmbito individual e coletivo, constitui-se por lembranças e esquecimentos. Para Halbwachs (1990), lembrar é, em certa medida, reconstruir o passado por meio de dados emprestados do presente e da apropriação de relatos e depoimentos de outros. Por isso, muitas vezes acreditamos ter uma lembrança fielmente

conservada, quando na verdade fora ela criada sobre as lembranças de outros, como acontece com muitas recordações de infância e de grandes acontecimentos sociais. Desta forma, as lembranças de um se juntam a de outros e podem confirmar ou mesmo mudar uma recordação que antes parecia formada e conformada. Mesmo quando vividas por apenas uma pessoa, as lembranças possuem um caráter coletivo. O social alcança o homem, englobando-o em grupos e fazendo com que as lembranças de outros se juntem e componham o quadro do que aconteceu. Ricoeur (2007) defende que, como representação de coisas anteriormente percebidas, a memória tem como dever a luta contra o esquecimento, fazendo com que as recordações se sobressaiam.

Com o passar do tempo, a lembrança relaciona-se com uma imagem, porém, imaginar não pode ser considerado lembrar, já que a imaginação volta-se para o fictício, e o esforço em busca da memória é o que chamamos recordação. Mesmo quando inserimos imagens em nossas lembranças a fim de preencher as lacunas, elas não deixam de ser calcadas em acontecimentos experienciados por nós ou por outros. Lembranças reais e fictícias podem se juntar e as imagens de pessoas, lugares e acontecimentos não param de mudar, uma vez que, com o passar do tempo, algumas impressões se sobressaem enquanto outras se apagam, isso não transforma, contudo, as recordações em ficções, isto é, em imaginações (HALBWACHS, 1990). Impedidas, esquecidas, silenciadas ou apagadas, o fato é que as lembranças do passado se alteram ou saem de cena conforme o tempo avança.

A memória pode ainda apresentar um lado considerado problemático: os abusos da memória, que se referem aos excessos de recordações, e os abusos de esquecimento, associados à insuficiência de memória (RICOEUR, 2007). Em um nível individual, tem-se a memória impedida, que compreende os abusos causados por patologias, doenças e traumas ao impossibilitar totalmente o acesso às lembranças ou ao fazer com que o indivíduo se recorde apenas de partes do acontecimento. Como trauma, pode apresentar-se ainda como um movimento em busca do esquecimento, porém sem sucesso, pois o indivíduo quer esquecer e não consegue.

O uso conscientemente da seletividade em memórias caracteriza um abuso de memória manipulada. Trabalhados no nível prático, cotidiano, esses abusos resultam da manipulação natural de memórias e esquecimentos; a partir de ideologias, a realidade é distorcida para legitimar o sistema de poder. “A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa.

(...) contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação” (RICOUER, 2007, p. 98).

No nível ético-político, tem-se a memória obrigada, aquela imposta, armada pela história oficial, autorizada, ensinada, aprendida e celebrada publicamente. Ela age em prol da função de recordar ao serem criados meios de lembrança, como marcos, datas, estátuas; dessa forma, a memória obrigada se relaciona com os lugares de memória e de história. Com caráter coletivo, tenta atingir a memória individual. Em Vilhena, por exemplo, criou-se a Escola Municipal Castelo Branco com o intuito de fazer com que o presidente permaneça na memória de todos. Quem estava no poder na época considerou importante que os moradores da cidade se lembrassem quem foi este governante. É uma obrigação lembrar.

O esforço de recordação luta contra o esquecimento. Tal como na memória, o esquecimento também tem abusos. Muitos esquecimentos resultam não do apagamento de memórias, mas do impedimento de acessá-las. Nesse caso, o abuso de esquecimento e a memória impedida fazem com que se busque uma lembrança e não se encontre nada, ou ainda que se encontre outra em seu lugar. “Esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” (RICOEUR, 2007, p. 455).

O esquecimento na memória manipulada possui estratégias para alteração das narrativas de um acontecimento, suprimindo informações, deslocando ênfases e maquiando os protagonistas. Como “estratégia de evitação, de esquivar, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa tanto quanto passiva, de esquecimento” (RICOUER, 2007, p. 456). Por outro lado, o esquecimento comandado lida com os abusos associados à memória obrigada, em outras palavras, com aquelas dos processos legais e institucionais,

cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar: trata-se principalmente da anistia e, de modo mais marginal, do direito de graça, também chamado de graça anistiantes. A fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição de pena (RICOUER, 2007, p. 459).

A anistia põe fim a violências e desordens políticas que afetam a vida civil, contudo, enquanto esquecimento institucional, relaciona-se de forma mais profunda com um passado definido como proibido. “Trata-se mesmo de um esquecimento

jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (RICOUER, 2007, p. 462). Anistia e amnésia, não coincidentemente, possuem uma mesma raiz, ambas advindas da palavra inglesa *amnesty* (MARTINS; MIGOWSKI, 2016). No Brasil, foram anistiados todos que cometeram crimes políticos e eleitorais no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Em outras palavras, concedeu-se o perdão aos que tiveram direitos políticos suspensos em função de Atos Institucionais e Complementares, mas também se possibilitou que desaparecimentos, torturas e mortes fossem deixadas para trás, sem investigar ou punir os responsáveis. Apesar de conceder também aos torturadores o perdão por seus crimes, foi importante para o processo de redemocratização do Brasil (FICO, 2005).

Ao privilegiar as memórias oficiais, a história nacional muitas vezes deixa as memórias das minorias às margens, criando memórias subterrâneas, ocasionando em destruição, homogeneização e silenciamentos. Em oposição à recordação, manifestam-se, além do esquecimento, os silenciamentos, as zonas de “não-ditos”. Os silêncios podem ser moldados pelo medo de punição ou de exposição por aquilo que se diz ou pela impossibilidade de encontrar “escuta” para aquilo que se quer expor (POLLAK, 1989).

“Memória oficial”, no caso a memória nacional. (...) acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p. 4)

As zonas de sombra, por assim dizer, não são definitivas e estão em contínuo deslocamento. Às razões políticas do silêncio somam-se motivos pessoais, como o desejo de esquecer memórias traumáticas para retornar a vida normal, que fazem com que as lembranças tidas como comprometedoras sejam guardadas em silêncio durante anos. A motivação pode ser ainda a impossibilidade de se fazer compreender e ser aceito em determinado grupo social, pois “o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (...) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente” (POLLAK, 1989, p. 13). Esses silenciamentos perduram até que existam “escutas” na sociedade, passando de geração em geração, desenvolvendo essas memórias transgeracionais.

Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade (POLLAK, 1989, p. 5).

Lugares de memória e de história

A memória, como explicitado anteriormente, pode se manifestar de diversas formas e se estruturar através de pontos de referências. Os lugares de memória, materiais, simbólicos e funcionais, possuem um aspecto de obrigação de lembrança, um esforço reiterado do que não se deve esquecer.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...], só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Vilhena é um município do interior do estado de Rondônia, com uma população aproximada de 100 mil habitantes, segundo censo de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1977. Os 40 anos de fundação, completados em 2017, não foram suficientes para garantir que existam, de fato, lugares de memória na cidade. Os lugares históricos, por outro lado, são vários, como arquivos, monumentos, museu e até mesmo um cemitério, pois, como não carregam a aura ritualística dos lugares de memória, tornam-se espaços de preservação chamados lugares de história.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p.13).

Ao nomear a Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, e as ruas Presidente Médici, Costa e Silva e Castelo Branco, tenta-se registrar de alguma

forma o momento do regime militar, ou ao menos as figuras consideradas merecedoras de serem recordadas. A escola foi criada em 11 de março de 1987, pelo Decreto N° 3234, de 1987, segundo consta no documento “História da Escola Rural Castelo Branco”, com nome referendado pela comunidade local: “de comum acordo com a comunidade (se) escolheu o nome de Castelo Branco em homenagem ao grande estadista nas eleições de 64”. Ainda assim, a aparente falta de conhecimento e de lembranças, constatada por esta pesquisa, até entre profissionais educadores que trabalham nesta escola municipal, cerca de 30 anos depois, sobre quem foi o homenageado, demonstra que a tentativa de arquivar essa história dando nome ao prédio público talvez não tenha sido bem-sucedida. Sem preparar datas comemorativas, como o aniversário de fundação da escola, ou alguma data importante na história de Castelo Branco, por exemplo, aos poucos a memória de quem foi o homem que dá nome a escola está sendo esquecida, ou ao menos silenciada.

Existe, no Brasil, o engajamento em prol das discussões e das renomeações dos espaços públicos que homenageiam personagens apoiadores da ditadura militar brasileira. O aniversário de 50 anos do golpe, em 2014, e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, de 2012 a 2014, estimularam, entre outras coisas, a ressignificação desses lugares que fazem referência às personalidades da ditadura militar brasileira (MARTINS; MIGOWSKI, 2016). Com base nos dados do Censo Escolar de 2012, o portal UOL aponta que 717 escolas no Brasil homenageiam presidentes da ditadura militar (RODRIGUES, 2014), das quais apenas 20 são privadas e 697 são públicas, com Castelo Branco sendo o mais homenageado com 347 instituições em seu nome, Costa e Silva com 209, Médici com 120, Geisel com 23 e Figueiredo com 18.

Considerações Finais

O presente trabalho sobre os conceitos de história e memória, memórias individuais e coletivas, lembranças, esquecimentos e silenciamentos, lugares de memória, associados à ditadura militar, à história de Vilhena e ao resquício desse período na cidade através da escola que homenageia o primeiro presidente do regime autoritário militar, permite-nos prosseguir em uma pesquisa mais ampla, que visa à investigação dos resquícios da ditadura militar em Vilhena e as contradições na

construção do seu espaço público a partir da cartografia da cidade e das memórias dos funcionários da Escola Castelo Branco.

Este texto contribui para a delimitação das bases teóricas que serão necessárias nas próximas etapas da pesquisa, em que serão realizadas e apresentadas as entrevistas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco, com professores, coordenadores, o vice-diretor e diretora da escola, cujas perguntas feitas foram sobre a história da escola, o que conheciam sobre o presidente homenageado e as suas perspectivas sobre o movimento nacional acerca da alteração dos nomes das escolas, das ruas e dos demais espaços públicos ligados aos militares. Por fim, serão avaliados os conhecimentos dos entrevistados sobre a história da ditadura, suas memórias individuais, a escola como lugar de história, seus posicionamentos e, inclusive, contradições enquanto profissionais da educação, entre outros aspectos.

Referências

- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.
- FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964/1985)**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- HALBWACHS, Michel. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1950.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª edição revista. São Paulo: Unicamp, 2013 [1988].
- MARTINS, Allysson; MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). **Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Eletrônico: Suporte, 2016, p. 383-402.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, 1993 [1984].
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Lucas. Presidentes da ditadura militar dão nome a mais de 700 escolas. **UOL**, São Paulo, publicado em 15 de abril de 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/15/presidentes-da-ditadura-militar-dao-nome-a-mais-de-700-escolas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 27 abr. 2017.